



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA II ETAPA

1 **ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**
2 **II ETAPA.** Ao 29º (vigésimo nono) dia do mês de Novembro de 2024, às 10h,
3 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de
4 Cultura - CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada
6 via WhatsApp no dia 28 de Novembro de 2024. Declarou aberta a 3ª Reunião da
7 Delegação de Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura -
8 CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de
9 2021. Em face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS**
10 **CUMARÚ NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS BONATES**, assumiu a
11 condução da reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ** que
12 **começou a leitura do EIXO 5 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA**
13 **E SUSTENTABILIDADE. 5.1.** Atualização dos Conselhos Estaduais e
14 Municipais de Cultura para que haja maior participação dos demais segmentos
15 artísticos, tais como hip hop, artesanato, LGBTQIAPN+, moda, games, capoeira,
16 cultura quilombola, e outros que virão em consonância com o Conselho Nacional
17 de Cultura. **Objetivo identificado:** Ajustar a participação no CONEC e
18 Conselhos Municipais de Cultura dos segmentos artísticos indicados e dos que
19 virão do Conselho Nacional de Políticas Culturais. **Ponto Focal:** Inclusão de
20 novos segmentos nos Conselhos. **Entes envolvidos:** SEC e SEFAZ. **Pontos**
21 **de observação:** SEFAZ deve ser consultada para estudo da viabilidade
22 orçamentária em face do impacto financeiro no orçamento da SEC. A
23 atualização dos Conselhos Municipais não sofre intervenção do estado (em face
24 da independência das esferas governamentais), apenas dos munícipes, os quais
25 poderão se manifestar pela atualização conforme os interesses da sociedade
26 local. A Atualização pode ser entendida também como incentivo à criação de
27 Conselhos Municipais onde ainda não tenha. A maior participação pode ser
28 entendida como ações em prol desses segmentos pelas cadeiras transversais
29 que os atendem. A inclusão de novos segmentos no CONEC deverá sempre
30 ficar atento para a obrigatoriedade da paridade institucional, onde para cada
31 representante da sociedade civil deverá ter um representante do Poder Público.
32 Os segmentos devem apresentar um projeto de inclusão da sua cadeira
33 apresentando os motivos, relevância e ausência de transversalidade direta com
34 outras cadeiras. Para se deliberar uma nova cadeira para a sociedade civil, deve-
35 se deliberar uma também para o Poder Público, sendo necessário observar quais
36 entes atuantes no estado podem dialogar e contribuir com as cadeiras da
37 Sociedade Civil conforme sua relevância. Antes do posicionamento final sobre a
38 inclusão das cadeiras, na forma paritária, deverá e ter a posição quanto a
39 viabilidade orçamentária para que não haja a frustração de se aprovar uma
40 cadeira que não haja verba orçamentária ou que obrigue a revisão de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

41 gratificações das cadeiras atuais para que se possa encaixar as cadeiras
42 aprovadas. **Propostas convergentes:** Institucionalização e implementação do
43 Sistema Estadual de Cultura (SEC), com a garantia de efetivação do
44 acompanhamento da sociedade civil através (do Conselho Estadual de Cultura)
45 das suas organizações representativas. Desenvolver ações de incentivo e apoio
46 aos Municípios, para que criem os seus Conselhos e respectivos Fundos de
47 Cultura, devidamente constituídos e oficializados, para que haja maior
48 dinamização e Desenvolvimento dos programas e projetos culturais. Reformular
49 nas esferas federal, estadual e municipal os marcos legais dos Conselhos de
50 políticas culturais garantindo que sejam presididos pela Sociedade civil, com
51 dotação orçamentária própria, autonomia administrativa e financeira, com ampla
52 representatividade das áreas técnicas, artísticas e culturais. Dinamizar o
53 incentivo à realização de ações dos diversos segmentos culturais de modo virtual
54 e presencial de forma calendarizada com divulgação centralizada de produtos,
55 trabalhos e eventos em plataforma única. Promover, com efetividade, os
56 intercâmbios culturais para que cheguem em todas as comunidades dos
57 municípios do interior do estado do Amazonas, garantindo a sua participação na
58 cultura e na arte. **Dr. Sérgio Cruz** destacou os pontos identificados no **Eixo 5**
59 e, em seguida, apresentou as propostas elaboradas por **Marcelo Dias** para
60 inserção no Plano Estadual de Cultura, abordando temas relacionados à
61 **economia criativa, geração de renda, trabalho e sustentabilidade**. A inclusão
62 dessas ideias no Plano Estadual de Cultura deve focar no fortalecimento da
63 cadeia produtiva cultural, garantindo que a cultura seja uma ferramenta de
64 desenvolvimento econômico e social no estado do Amazonas. A proposta
65 principal tem como **objetivo: fomentar** a geração de emprego e renda por meio
66 de atividades culturais; **promover** a sustentabilidade das iniciativas culturais e
67 criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de empreendimentos criativos
68 em todas as regiões do estado. A meta geral é promover o desenvolvimento da
69 economia criativa no Amazonas, gerando oportunidades de trabalho, emprego e
70 renda através de atividades culturais e criativas, assegurando a sustentabilidade
71 econômica das iniciativas culturais locais, com foco na inclusão social e no
72 fortalecimento das economias regionais. **O diagnóstico** da realidade cultural e
73 econômica do Amazonas aponta um potencial criativo subaproveitado. Apesar
74 da vasta diversidade cultural, o estado enfrenta desafios como a falta de políticas
75 públicas que integrem cultura e economia criativa, dificuldades estruturais que
76 limitam o acesso a mercados e a competitividade das produções culturais, baixa
77 capacitação empreendedora entre artistas e produtores culturais, e desigualdade
78 regional, com a maior parte das atividades culturais concentradas em Manaus,
79 enquanto o interior enfrenta dificuldades de acesso a recursos e oportunidades.
80 **Os objetivos específicos** incluem: estimular o surgimento de novos
81 empreendimentos criativos em todas as regiões do Amazonas, promovendo uma
82 distribuição equitativa de oportunidades; fortalecer as cadeias produtivas da
83 cultura, conectando artistas e produtores aos mercados locais, nacionais e
84 internacionais; promover a capacitação em gestão e empreendedorismo cultural



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

85 para artistas, produtores e trabalhadores da cultura; e desenvolver políticas
86 públicas que integrem cultura e sustentabilidade econômica, garantindo a
87 longevidade dos empreendimentos culturais. **Entre as estratégias propostas,**
88 destaca-se o fomento à economia criativa no Amazonas por meio da criação de
89 polos culturais e criativos em Manaus e no interior, com infraestrutura adequada
90 para atividades culturais e criativas, como espaços colaborativos e incubadoras
91 de startups culturais. Também é proposta a valorização de produtos e serviços
92 culturais locais, como artesanato, música, gastronomia e moda, conectando
93 esses empreendimentos a mercados regionais, nacionais e internacionais.
94 Adicionalmente, sugere-se o desenvolvimento de plataformas digitais para
95 aumentar a visibilidade e o alcance dos criadores locais, viabilizando a
96 comercialização de produtos culturais como arte, música e literatura. A
97 capacitação e formação empreendedora para trabalhadores da cultura é outra
98 estratégia fundamental. Estão previstos cursos gratuitos e acessíveis em áreas
99 como gestão de negócios culturais, marketing e planejamento estratégico, além
100 de parcerias com universidades, Sebrae e outras entidades para promover
101 capacitações. A criação de programas de mentoria também é apontada como
102 uma forma de oferecer suporte técnico e estratégico aos empreendedores
103 culturais iniciantes. Para gerar renda e emprego a partir da cultura, propõe-se o
104 incentivo à criação de cooperativas culturais e artísticas, principalmente no
105 interior, e o estabelecimento de linhas de crédito e financiamento acessíveis para
106 pequenos empreendedores culturais, artistas independentes e cooperativas. A
107 realização de editais e concursos para apoiar projetos culturais com potencial de
108 geração de renda é outra medida importante. **No aspecto da sustentabilidade,**
109 a proposta é estimular práticas culturais sustentáveis, como o uso de materiais
110 recicláveis, a economia circular e o incentivo a eventos que promovam a
111 preservação ambiental por meio da cultura. Continuando o item sugerido quanto
112 à sustentabilidade e longevidade dos empreendimentos culturais, foi
113 apresentado o objetivo de expandir o acesso à internet nas áreas rurais e
114 periféricas, oferecendo suporte para a criação de negócios digitais baseados na
115 produção cultural, promovendo a sustentabilidade desses empreendimentos no
116 longo prazo. Também foi destacada a importância de incentivar parcerias com
117 empresas locais, nacionais e internacionais para o financiamento de projetos
118 culturais sustentáveis, utilizando leis de incentivo à cultura. Além disso, foi
119 proposta a integração da cultura a outros setores da economia, por meio do
120 desenvolvimento do turismo cultural sustentável no Amazonas. Isso inclui a
121 promoção de roteiros turísticos que valorizem manifestações culturais locais,
122 como o Festival de Parintins, o turismo indígena e as tradições ribeirinhas,
123 visando a geração de emprego e renda para as comunidades locais. A criação
124 de parcerias entre a Secretaria de Cultura e o setor de turismo foi apontada como
125 fundamental para promover as produções culturais do estado como atrativos
126 turísticos e para incentivar a comercialização de produtos culturais durante
127 eventos e festivais. Também foi sugerida a organização de feiras, exposições e
128 mercados de produtos culturais regionais, fortalecendo a comercialização e a

129 visibilidade de itens como artesanato, música, culinária e moda. Como
130 indicadores de sucesso, foram listados: o número de empreendimentos culturais
131 sustentáveis criados e formalizados no Amazonas, o aumento no número de
132 pessoas capacitadas em gestão cultural e empreendedorismo criativo, o
133 crescimento no volume de produtos culturais comercializados tanto
134 presencialmente quanto em plataformas digitais, a maior participação das
135 regiões do interior em iniciativas de economia criativa e cultural, e a geração de
136 novos postos de trabalho na área cultural e criativa. **Para viabilizar as**
137 **propostas, foram sugeridas parcerias estratégicas.** A articulação com o
138 governo federal e estadual é essencial, com busca de apoio financeiro, técnico
139 e institucional junto ao Ministério da Cultura, Sebrae e outras entidades.
140 Parcerias com prefeituras e instituições de ensino são fundamentais para
141 promover capacitação e apoiar as prefeituras locais na implementação de
142 políticas culturais. Também se propõe estimular a colaboração com empresas e
143 investidores para o financiamento de projetos culturais e o fortalecimento da
144 economia criativa, além de atuar em conjunto com organizações de economia
145 criativa e sustentabilidade. A conclusão destaca que **as propostas para o Eixo**
146 **5 do Plano Estadual de Cultura** têm como objetivo transformar a cultura em um
147 vetor de desenvolvimento econômico. Busca-se gerar emprego e renda,
148 promover a sustentabilidade dos empreendimentos culturais, capacitar os
149 trabalhadores da cultura e garantir que a cultura do Amazonas seja uma fonte
150 duradoura de crescimento e inclusão social. A contribuição do delegado Marcelo
151 Dias foi essencial, apresentando estratégias, ações, metas e indicadores que
152 podem ser utilizados como diretrizes. Essas diretrizes representam o
153 compromisso de ações a serem desenvolvidas ao longo dos próximos 10 anos,
154 assegurando que o plano seja executado de forma eficiente e abrangente.
155 **Marcelo Dias** destacou a importância do Eixo 5 no contexto da Secretaria de
156 Cultura e Economia Criativa do Amazonas e apresentou três propostas para
157 aprimorar as ações relacionadas ao Plano Estadual de Cultura. **A primeira**
158 proposta trata da contribuição dos órgãos parceiros envolvidos nos temas de
159 economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade. Ele sugeriu que seja
160 identificada a contrapartida de cada órgão para a implementação do plano, que
161 tem duração de 10 anos e caráter consultivo. Por meio da SIC (Secretaria de
162 Intergestores de Cultura), os elementos relacionados a esses temas seriam
163 avaliados, e cada órgão indicaria como pode colaborar. Após a devolutiva, os
164 elementos seriam incorporados ao Eixo 5. **A segunda** proposta refere-se à
165 reformulação do Conselho Estadual de Cultura. Marcelo apontou três caminhos
166 possíveis: realizar a reformulação via Plano Estadual de Cultura, por meio de
167 uma lei ordinária ou por via complementar. Ele destacou a importância de
168 alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Cultura, considerando a
169 reunião pública prevista para os dias 4 e 5 de dezembro. **A terceira** proposta
170 aborda a principal demanda da Secretaria de Cultura. Marcelo sugeriu que o
171 Conselho Estadual de Cultura encaminhe um ofício à Secretaria solicitando que
172 ela elabore um planejamento para sua contribuição ao plano. Isso incluiria uma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

173 projeção orçamentária progressiva para os próximos 10 anos, com metas anuais
174 e definição de contrapartidas do estado, incluindo um percentual plausível de
175 recursos a serem destinados, como os 20% previstos. Enfatizou que a
176 participação da Secretaria de Cultura é essencial para o sucesso do plano, dado
177 que o Eixo 5 constitui o principal foco das ações da pasta. A Secretaria deve
178 detalhar como contribuirá para o desenvolvimento estratégico do plano,
179 considerando os objetivos e a sustentabilidade das iniciativas propostas. **Dr.**
180 **Sérgio Cruz** explicou que o que Marcelo Campos Lucena Dias estava solicitando
181 era como a apresentação do PPA (Plano Plurianual). Ele afirmou que o PPA tem
182 uma duração de 5 anos e explicou que o estado sempre tem que apresentar
183 esse plano. Ele ressaltou que essa é uma situação administrativa comum, tanto
184 para grandes empresas quanto para o poder público. Disse que, neste caso, o
185 que ocorre é que as entidades devem elaborar uma programação para os
186 próximos 5 anos. Ele concluiu que, embora tenha sido solicitado um plano para
187 os próximos 10 anos, não seria possível responder com precisão a uma
188 programação para tanto, pois seria necessário um estudo mais aprofundado.
189 **Marcelo Dias** comentou que não havia problema com a situação, destacando
190 que ele acreditava que, além do PPA, outras propostas poderiam ser trazidas.
191 Ele mencionou que, na sua opinião, o PPA precisava estar pronto, pois era uma
192 exigência obrigatória, mas a Secretaria de Cultura também poderia enviar outras
193 ideias. Ele ressaltou que, por exemplo, uma ideia que não estava no PPA, mas
194 que a Secretaria gostaria de implementar, seria a construção de uma passarela
195 entre o Teatro Amazonas e o prédio onde o conselho estava. Explicou que a
196 proposta visava criar fluxo migratório de turistas, algo que, embora não
197 constasse no PPA, poderia ser uma ideia que a Secretaria tivesse em mente
198 para a implementação. Além disso, ele sugeriu que a Secretaria também poderia
199 apresentar propostas de reformulação do conselho e novas ideias que não
200 estavam no PPA, mas que estavam sendo trabalhadas. Compartilhou ainda uma
201 antecipação de uma nova política pública envolvendo a conectividade entre o
202 cadastro estadual e o cadastro nacional de cultura. Ele explicou que isso
203 permitiria que as pessoas se cadastrassem uma única vez e participassem de
204 seleções tanto no âmbito estadual quanto federal. Ele afirmou que, embora essa
205 proposta não estivesse no PPA, ela estava sendo discutida entre o governo
206 federal e estadual, visando à finalização dessa conexão. Indicou que, embora
207 não fosse possível implementar essa proposta no primeiro ano, ela poderia ser
208 incorporada no segundo ano do plano. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que, após a
209 fase de apresentação das propostas, a situação entraria em uma nova fase.
210 Nessa nova fase, os entes envolvidos começariam a trabalhar na proposta. Ele
211 destacou que a proposta deveria ser feita pelas entidades envolvidas, como a
212 SECA e a SEFAZ, conforme o item 5, que estava sendo discutido na tela. Ele
213 mencionou que a proposta estava ligada ao terceiro ponto e ao ponto focal 8,
214 relacionados ao item 27 da Sefaz. Também destacou que, nesse momento, seria
215 realizado o dimensionamento orçamentário para verificar como os recursos
216 seriam atendidos. Ele enfatizou que nada impedia que o Conselho Estadual de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

217 Cultura fizesse o requerimento, indicando que não havia problemas com essa
218 solicitação. **Marcelo Dias** comentou que existem propostas que não têm impacto
219 orçamentário. Ele afirmou que estava acompanhando a situação e, em seguida,
220 voltou a falar sobre o cadastro. Marcelo acredita que o Ministério da Cultura
221 (MinC) seria o responsável por financiar esse processo. **Dr. Sergio Cruz** discutiu
222 a complexidade do Plano Plurianual (PPA) e a importância de planejar ações de
223 longo prazo, com projeções para os próximos anos. Ele explicou que as ações
224 de hoje podem impactar a arrecadação de impostos e o orçamento futuro,
225 levando a um aumento nas verbas para a cultura. Sérgio destacou a importância
226 de um planejamento conjunto entre a sociedade e o poder público para definir
227 as ações que devem ser incluídas no PPA, com foco na inclusão de ações
228 culturais no orçamento estadual de 2026. Ele também mencionou a urgência de
229 aprovar o PPA/PEC e de que as propostas devem ser apresentadas até março,
230 para serem discutidas na Assembleia Legislativa. Além disso, ele sugeriu que a
231 economia criativa, que vai além das artes e envolve setores como moda e
232 costura, também precisa ser incorporada no planejamento da cultura. Ele
233 enfatizou a importância de se pensar em formas de apoio a esses trabalhadores
234 da economia criativa e sugeriu que a Secretaria de Cultura deve continuar a
235 fomentar ações nesse sentido, destacando a transversalidade da cultura com
236 outras áreas. **Marcelo Dias** falou sobre a importância de integrar a economia
237 criativa de forma mais ampla nas políticas públicas, sugerindo uma colaboração
238 entre a Secretaria de Cultura e outras secretarias, como a de Emprego e Renda.
239 Ele destacou a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Criativa, que
240 foi recentemente aprovada, e a nomeação de uma secretária para esse cargo.
241 Segundo Marcelo, é fundamental que a Secretaria Estadual de Cultura
242 apresente propostas de economia criativa que se conectem com essa nova
243 estrutura nacional, para garantir que o estado esteja pronto para se beneficiar de
244 futuras transferências de recursos. Sugeriu que o Amazonas deve se preparar
245 para esse momento com um plano de trabalho e um PPA (Plano Plurianual) bem
246 estruturado, com todas as ferramentas e indicadores necessários. Ele também
247 mencionou a necessidade de enviar ofícios solicitando a inclusão da economia
248 criativa nas pautas e solicitando um planejamento adequado para essa área. O
249 objetivo é alinhar as propostas estaduais com as diretrizes nacionais,
250 promovendo o desenvolvimento da economia criativa de forma constante e não
251 apenas pontual. **O conselheiro André Durand** questionou a efetiva
252 implementação da economia criativa no Amazonas, destacando a falta de ações
253 concretas visíveis da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, como a
254 confecção de figurinos e maquiagens artísticas. Ele mencionou que, apesar de
255 haver um estoque de figurinos, não há ações claras de reaproveitamento ou de
256 promover esse tipo de trabalho em áreas como ateliês na zona leste. Sugeriu a
257 criação de um edital específico para apoiar a economia criativa, como o
258 reaproveitamento de figurinos, maquiagens e outros itens produzidos, por
259 exemplo, durante o Auto de Natal ou no Carnaval. Ele também apontou a
260 ausência de ações sobre reciclagem e reaproveitamento, como o uso de confete



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

261 biodegradável no Sambódromo, como parte dessa economia criativa. Pediu uma
262 explicação mais detalhada sobre como a economia criativa está sendo
263 efetivamente implementada no estado e como isso está sendo promovido pela
264 Secretaria. **Marcelo Dias** respondeu ao questionamento de André Durand,
265 destacando que, ao invés de realizar editais específicos para recrutar
266 profissionais como bordadeiras e costureiras, seria mais eficaz realizar um
267 chamamento público para envolver o mercado e a comunidade. Ele sugeriu que
268 fosse solicitado um ofício à Secretaria de Cultura para detalhar como a economia
269 criativa está sendo aplicada e também envolver a Secretaria de Trabalho e
270 Renda, liderada por Paulo Gilson, para colaborar na questão. Além disso,
271 mencionou que há estudos científicos da UEA e a UFAM sobre como melhorar
272 a reciclagem e o reaproveitamento de materiais, o que também se encaixa na
273 economia criativa. Ele sugeriu que, antes de tomar decisões definitivas, fosse
274 feita uma preparação mais cuidadosa e uma devolutiva das propostas para criar
275 ações mais concretas e viáveis. **Dr. Sérgio Cruz** contribuiu para a discussão,
276 destacando a sugestão de um chamamento público para eventos que envolvam
277 a economia criativa, conforme colocado por André Durand e complementado por
278 Marcelo Campos Lucena Dias. Ele reconheceu essa ideia como uma
279 possibilidade de ser incluída na PEC. Também apontou que os ofícios
280 mencionados por Marcelo não são necessariamente a função das reuniões da
281 PEC, mas sim um alerta para a Secretaria de Cultura e outros envolvidos. Ele
282 enfatizou que os ofícios não têm a intenção de esperar uma resposta imediata,
283 mas sim de servir como uma forma de comunicação. Além disso, esclareceu
284 que, caso os conselheiros considerem mais adequado, os ofícios e sugestões
285 poderiam ser feitos através do CONEC, em vez de serem tratados diretamente
286 na PEC. **Marcelo Dias** propôs um "meio termo" na discussão, sugerindo que a
287 Secretaria de Cultura do Estado apresente suas propostas de economia criativa
288 de forma estruturada. No entanto, **dr. Sérgio Cruz** explicou que a Secretaria terá
289 sua oportunidade de apresentar suas propostas dentro do processo formal. As
290 propostas estão sendo discutidas e, quando a minuta da PEC for encaminhada,
291 a Secretaria terá acesso ao conteúdo, podendo verificar o que foi ou não
292 abordado e sugerir pontos que o poder público considere importantes. O objetivo
293 das reuniões da PEC não é esperar um retorno imediato, mas sim informar os
294 envolvidos, como a Secretaria de Cultura, sobre os pontos discutidos. Embora
295 não se espere um feedback formal dentro da reunião, as propostas e
296 observações podem ser feitas por meio do CONEC ou através de ações dos
297 conselheiros, os pontos discutidos seriam anotados e, se necessário, os
298 conselheiros poderiam fazer comentários adicionais. **Marcelo Dias** trouxe à tona
299 a questão do caráter resolutivo da Conferência Estadual, destacando que, nesse
300 contexto, a Secretaria de Cultura tem a responsabilidade de apresentar suas
301 propostas com base em seu orçamento, capacidade técnica e infraestrutura. Ele
302 enfatizou que, sendo uma conferência resolutiva, a Secretaria não pode se
303 esquivar dessa responsabilidade, e a sociedade deve acompanhar esse
304 processo. É necessário um processo de colaboração, em que a Secretaria



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

305 proponha e insira suas ações, de modo que, caso não faça isso, não poderá
306 depois reclamar da falta de apoio ou oportunidades. Para ele, deve haver um
307 equilíbrio na relação, onde a Secretaria tem que se comprometer a apresentar
308 suas propostas sem ser forçada ou pressionada, mas também sem esperar que
309 os outros façam todo o trabalho por ela. Ele concluiu reforçando que a
310 abordagem deve ser resolutiva. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que a conferência
311 estadual já se encerrou e, portanto, não há mais espaço para discussões novas
312 sobre sua implementação. Durante a conferência, o poder público teve a
313 oportunidade de interagir e contestar pontos que considerasse inviáveis. Caso
314 algo fosse identificado como não viável, o poder público deveria ter se
315 manifestado naquele momento, apresentando justificativas. Ele reforçou que o
316 objetivo atual é a criação da PEC, que envolve a participação tanto da sociedade
317 civil quanto do poder público, e que a SEFAZ e outras entidades governamentais
318 devem discutir a inclusão dos pontos do plano no PPA, embora o CONEC tenha
319 o papel de fiscalizador, ele não possui o poder de exigir mudanças diretamente
320 no plano sem o devido processo institucional. Ele destacou a importância de ter
321 uma previsão concreta de implementação do plano e que, caso não seja viável
322 no presente ou no próximo ano, deve ser incluído nos anos subsequentes do
323 PPA. É necessário estabelecer um cronograma para quando as propostas
324 levantadas na conferência serão efetivamente colocadas em prática. **O**
325 **conselheiro André Durand** solicitou a suspensão da reunião, citando o
326 regimento interno do colegiado e a ausência do presidente, Dudson. Ele propôs
327 que a reunião fosse retomada às 15h30. Durand também sugeriu que Simone
328 convocasse novamente os participantes para dar continuidade ao debate. Ele
329 destacou que dentro do Plano Estadual de Cultura existem ações pactuadas,
330 algo que Marcelo mencionou em sua fala, e enfatizou que essas ações podem
331 ser implementadas a qualquer momento. Sugeriu que essas ações sejam
332 formalizadas oficialmente para que a Secretaria de Cultura tenha conhecimento
333 e possa acompanhar, transformando as discussões em algo concreto e palpável.
334 Também fez referência à nova gestão da Secretaria de Cultura, com um novo
335 secretário reestruturando a equipe, e mencionou que, na próxima semana,
336 haverá uma reunião com esse novo secretário para consolidar as ações do
337 colegiado. **Symone Farias** esclareceu que o conselheiro Dudson Carvalho não
338 é o presidente da comissão da PEC, mas sim o presidente da comissão
339 legislativa, e que a comissão da PEC é conduzida pelos membros, sem um
340 presidente específico. Ela também explicou que, atualmente, o secretário-geral
341 Pedro Cacheado é quem conduz a PEC., No entanto, Pedro Cacheado está
342 ausente até o dia 29 de dezembro, mas retoma os trabalhos na segunda-feira
343 seguinte. Ela confirmou que a reunião pode ser suspensa e retomada mais tarde,
344 no dia 4 de dezembro, e que os conselheiros podem ser convocados via
345 aplicativos. Além disso, **dr. Sérgio Cruz** lembrou que a reunião tem caráter
346 propositivo, sendo diferente das atividades do Conselho Estadual de Cultura, já
347 que não segue o regimento interno do conselho, mas funciona como uma
348 consulta social ou oitiva pública, com a participação de delegados que têm



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

349 conhecimento sobre os temas discutidos, pois estiveram presentes nas
350 conferências estadual e nacional. Finalizou sugerindo a votação sobre a
351 suspensão da reunião. Informou que a reunião vai continuar a discussão até o
352 meio-dia, com ajustes conforme necessário. **O conselheiro Vanderley Pinheiro**
353 iniciou sua fala agradecendo a participação de todos na comissão e destacando
354 sua presença em Humaitá, no extremo do estado. Ele ressaltou a importância da
355 discussão, que seria mais eficaz com a presença do presidente Pedro Cacheado,
356 que não estava presente no momento. Também enfatizou que, como Conselho,
357 devem seguir o que foi aprovado na conferência, sem criar novas propostas que
358 não tenham sido discutidas e aprovadas no evento. **Dr. Sérgio Cruz** respondeu
359 ao conselheiro Vanderley Pinheiro, explicando que o presidente Pedro
360 Cacheado participou das discussões pela tarde e justificou sua ausência nas
361 reuniões. Ele havia solicitado afastamento temporário devido ao bom andamento
362 das discussões, que estavam sendo bem conduzidas pelos delegados e
363 conselheiros, com a participação de Jordânia em todas as reuniões. Sobre a
364 inclusão de novas ações, ele esclareceu que, embora não possam ser
365 adicionadas novas propostas que não foram aprovadas na conferência, o que
366 está sendo feito agora é extrair ações e diretrizes da proposta já aprovada, com
367 base nos pedidos da sociedade durante a conferência estadual. Essas ações
368 incluem metas, indicadores e diretrizes para alcançar os objetivos estabelecidos.
369 **A conselheira Jordânia Galdino** expressou seu desacordo com a proposta de
370 suspender a reunião, como sugerido pelo conselheiro André Durand. Ela afirmou
371 ser contra a suspensão, explicando que a questão já foi debatida dentro do
372 Conselho Estadual de Cultura e que a continuidade dos trabalhos é essencial.
373 Ela fez uma crítica à falta de comprometimento de alguns membros da comissão
374 e lembrou que, apesar das ausências de alguns, a reunião precisa continuar,
375 pois o plano estadual de cultura deve ser finalizado com ou sem a participação
376 de todos. Também pediu mais respeito à sua presença e participação ativa nos
377 trabalhos, enfatizando que, mesmo online, ela está acompanhando tudo de perto
378 e fazendo as chamadas para garantir o coro e a colaboração. Ela rejeitou a ideia
379 de manipulação ou adiamento da reunião, afirmando que, enquanto houver
380 delegados e o quórum necessário, os trabalhos devem seguir sem interrupção.
381 **Marcelo Dias** levantou duas questões importantes relacionadas ao plano
382 estadual de cultura. Primeiramente, ele destacou que a Secretaria de Cultura e
383 Economia Criativa do Estado deve apresentar propostas de livre iniciativa, ou
384 seja, iniciativas que partem do governo, com detalhes sobre como serão
385 executadas, como o orçamento, as metas, e os locais de atuação. Ele enfatizou
386 a importância de ter essa proposta formalizada para garantir que a Secretaria
387 possa de fato executar as ações, em vez de criar propostas que não possam ser
388 implementadas no futuro. Em segundo lugar, falou sobre a "pactuação", que se
389 refere ao processo de reunir as propostas que surgiram nas conferências
390 estaduais e adaptá-las para serem plausíveis e executáveis pela Secretaria ou
391 outros parceiros. Ele deixou claro que há dois momentos distintos nesse
392 processo: o da livre iniciativa, que é responsabilidade da Secretaria, e o da



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

393 pactuação, que envolve a adaptação das propostas para a realidade da
394 execução, com a colaboração dos parceiros. Também pediu que o trabalho seja
395 feito com excelência, destacando a importância de entregar resultados concretos
396 e responsáveis, com o envolvimento de todos os parceiros, respeitando as
397 possibilidades orçamentárias e estruturais. Ele afirmou que, ao final, o objetivo é
398 apresentar à sociedade um trabalho que reflete as propostas feitas, com a devida
399 execução possível pela Secretaria. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que o plano
400 estadual deve ser uma espécie de espelho do plano nacional, e que, se o plano
401 estadual não foi elaborado adequadamente anteriormente, é essencial corrigir
402 isso agora, dentro de uma estrutura normativa. Ele apontou que o plano nacional
403 de cultura, mesmo com falhas na execução de algumas propostas, está sendo
404 atualizado. Nesse contexto, o papel do conselho de cultura é não exigir respostas
405 do poder público imediatamente, mas informar as autoridades competentes
406 sobre o que precisa ser feito. A função do conselho é garantir que o plano seja
407 realista e viável, destacando que muitas propostas podem não ser exequíveis no
408 curto prazo, e, por isso, o conselho deve revisá-las periodicamente (a cada 4
409 anos) para garantir que só as propostas viáveis permaneçam no plano. Também
410 destacou que a responsabilidade de definir como as ações serão executadas no
411 plano recai sobre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que deve integrar
412 as metas do plano estadual dentro do PPA (Plano Plurianual) e do orçamento.
413 Ele também falou sobre a necessidade de definir a participação da sociedade e
414 do poder público, e como isso será refletido na versão final do plano, sem
415 necessariamente exigir que o poder público apresente propostas novas. O papel
416 do conselho é comunicar, mas não esperar respostas imediatas do poder
417 público, confiando que a participação deles será incorporada ao plano conforme
418 o processo avança. **Marcelo Dias** concluiu sua fala destacando dois pontos
419 essenciais para o andamento do processo de elaboração do plano estadual de
420 cultura. Primeiro, ele sugeriu o envio de um ofício à Secretaria de Cultura,
421 perguntando quais propostas poderiam ser pactuadas dentro do plano estadual
422 de cultura, considerando que a Secretaria responde pelo plano por um período
423 de cinco anos, conforme o PPA. Ele também mencionou que, embora o plano
424 tenha uma duração de dez anos, as ações iniciais da Secretaria seriam mais
425 focadas em um ciclo de cinco anos. O segundo momento foi o envio de um outro
426 ofício à Secretaria de Cultura para perguntar sobre as propostas de livre iniciativa
427 que a Secretaria planeja apresentar para o plano, assegurando que todas as
428 partes envolvidas sejam consultadas de maneira clara e objetiva. Além disso,
429 sugeriu que um terceiro ofício fosse enviado a outros parceiros como a UEA,
430 UFAM IPHAN, FAPEAM, entre outros, para garantir que todos os possíveis
431 colaboradores sejam informados sobre as propostas e possam contribuir com
432 feedback ou apoio. Ele enfatizou que, sem essa comunicação, as necessidades
433 e os potenciais apoios podem não ser identificados, prejudicando a eficácia do
434 plano. Ele concluiu reafirmando que os dois momentos cruciais são a pactuação
435 das propostas e a apresentação das propostas de livre iniciativa pela Secretaria
436 de Cultura. **Dr. Sérgio Cruz** retomou a discussão destacando a função do



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

437 CONEC na gestão do plano estadual de cultura. Ele mencionou que dentro do
438 conselho, várias entidades importantes estão representadas, como a Fundação
439 Palmares e a Secretaria de Cultura, mas também há algumas lacunas, como a
440 ausência de uma cadeira para a FAPEAM, que ele sugeriu poderia ser uma boa
441 adição, considerando sua relevância para o diálogo com o CONEC. Também
442 apontou a importância de se abrir novas cadeiras para representações de áreas
443 específicas, como o Hip Hop, e sugeriu a criação de uma cadeira de Economia
444 Criativa no conselho. Ele visualizou essa cadeira como essencial para discutir
445 temas relacionados ao desenvolvimento de cursos específicos para a área,
446 como de figurinista, costureira ou maquiador, voltados para eventos culturais e
447 artísticos, ajudando a fortalecer essa parte do setor. **Jordania Galdino**
448 concordou com a análise de Dr. Sérgio Cruz e destacou a preocupação de
449 Marcelo Dias, que está relacionada à questão da seca e como isso pode afetar
450 o cumprimento de algumas propostas culturais. Ela sugeriu que seria importante
451 convidar as responsáveis pela Assessoria de Políticas Culturais, como a Dra.
452 Anne Paiva e Dra. Luciane Ituassú, para ajudar a esclarecer essas dúvidas.
453 Segundo Jordania, elas têm feito um bom trabalho na articulação entre a
454 Secretaria de Cultura e o CONEC, e sua participação seria relevante para discutir
455 os desafios e propostas mais concretas. Ela também mencionou a importância
456 de entender as mudanças recentes na Secretaria de Cultura, especialmente em
457 relação ao organograma e às modificações feitas pelo ex-secretário Marcos
458 Apolo, para que possam ser formuladas propostas mais fundamentadas.
459 Reforçou seu apoio à ideia de convidar as responsáveis pela Secretaria para
460 oferecer orientações e ajudar a esclarecer as questões em aberto. **Marcelo Dias**
461 pediu questão de ordem para explicar detalhada a Comissão de Intergestores de
462 Cultura (CIC) e sua diferença em relação ao CONEC. Ele esclareceu que, ao
463 contrário do CONEC, que é um conselho paritário e colegiado, a CIC é um órgão
464 auxiliar de governança, composto apenas por representantes do poder público.
465 Sua principal função é receber propostas, levar essas sugestões para as
466 secretarias correspondentes e devolver uma resposta sobre a viabilidade de
467 implementação dessas propostas. Destacou que, ao receber propostas da PEC,
468 a CIC irá analisar e discutir com os órgãos e secretarias, levando essas
469 propostas para os pontos focais dentro do governo, que são os secretários de
470 cultura, para uma devolutiva. Além disso, ele sugeriu que, para que o processo
471 funcione de forma eficaz, a PEC deveria providenciar uma minuta com propostas
472 concretas para serem analisadas e pactuadas pela CIC. Ele mencionou ainda a
473 importância de incluir as propostas da PEC na construção do sistema de
474 governança cultural, que inclui órgãos colegiados de diferentes vertentes
475 culturais, como as questões indígenas e as escolas no interior do estado.
476 Enfatizou a necessidade de uma colaboração efetiva entre os municípios e a
477 Secretaria de Cultura para implementar essas novas estruturas e equipamentos
478 culturais, destacando que essas propostas precisam ser consultivas e pactuadas
479 de forma realista com base no orçamento disponível. **Dr. Sérgio Cruz**
480 interrompeu Marcelo Dias, destacando que a discussão sobre a proposta



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

481 apresentada por ele não deveria ocorrer naquela reunião, mas em outras
482 instâncias, como o CONEC ou a Secretaria de Cultura. Ele explicou que o
483 objetivo da PEC é ser um instrumento consultivo e de governança, no qual o
484 estado escutaria as demandas da sociedade e, com base nessas contribuições,
485 tomaria ações para realizar essas demandas ao longo de 10 anos. Também
486 mencionou que o papel do CONEC é consultar e não exigir compromissos
487 imediatos. Ele enfatizou que a PEC não pode ser alterada com base em
488 respostas consultivas que venham de órgãos como a CIC, já que seu papel é
489 apenas fornecer contribuições para ajudar o estado a definir diretrizes de ação.
490 Ele trouxe o exemplo de como as discussões sobre inclusão de novas cadeiras
491 ou demandas podem ser consultadas, mas não necessariamente influenciarão
492 imediatamente a PEC. Embora a SEC esteja reformulando sua estrutura, o papel
493 do CONEC e de outras comissões é apenas fornecer diretrizes consultivas, não
494 vinculativas. **Marcelo Dias** esclareceu usando o exemplo do Festival de
495 Parintins para ilustrar como a consulta pode ser relevante para as decisões.
496 Sugeriu que, ao consultar os municípios sobre eventos como o festival, seria
497 importante saber se eles preferem que a gestão financeira e execução do evento
498 permaneçam em suas cidades ou se desejam transferir a responsabilidade para
499 a capital. Ele também explicou que o processo de consulta e devolutiva precisa
500 ser dinâmico, com prazos definidos para que as respostas sejam rápidas e não
501 se arrastem indefinidamente. Marcelo enfatizou que, embora a comunicação e
502 colaboração possam ser demoradas, é necessário cumprir esses prazos para
503 garantir a eficiência do processo. Ele ainda compartilhou uma experiência
504 pessoal em que foi penalizado por não responder rapidamente a uma demanda
505 do Ministério, destacando a importância de ser diligente, tanto para os órgãos
506 como para os municípios. Reforçou a ideia de que a contribuição deve ser
507 colaborativa e que, em alguns casos, surpresas positivas, como financiamentos
508 inesperados, podem surgir das interações dentro do processo consultivo. **Dr.**
509 **Sérgio Cruz** informou que o prazo estava estourado e buscou agilizar a
510 discussão. Ele afirmou que a questão levantada por Marcelo sobre o festival
511 estadual deveria ser tratada fora das reuniões, e enfatizou que o foco da
512 conversa não era sobre o que o Conselho Estadual de Cultura poderia fazer,
513 mas sim sobre o que a sociedade deseja. Reforçou que a sociedade quer um
514 plano estadual de cultura, e que o papel das instâncias envolvidas é verificar
515 como implementar as ações previstas. Ele sugeriu que, após o lançamento do
516 PEC, as discussões sobre a execução e pactuação com órgãos como SEFAZ, A
517 SUFRAMA e outros poderiam ser iniciadas. Para ele, enquanto o PEC não for
518 aprovado e "colocado na rua", não faz sentido discutir como essas pactuações
519 vão acontecer. A conselheira **Jordânia Galdino** fez uma proposta para agilizar
520 o processo e resolver algumas pendências. Ela sugeriu convidar a Assessoria
521 para estar presente à tarde, a fim de discutir os pontos pendentes e esclarecer
522 questões relacionadas à Secretaria de Cultura. Ela ressaltou que a intenção não
523 era impor decisões, mas sim obter feedback e esclarecer dúvidas. Comparou a
524 situação ao exemplo de planejar a compra de um carro, destacando que sem



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

525 uma base concreta, o planejamento se torna difícil. Ela afirmou que a
526 colaboração das responsáveis pela Secretaria de Cultura as doutoras Anne e
527 Luciane seria importante para tirar essas dúvidas, sugerindo que, se necessário,
528 poderiam marcar outra reunião, como aconteceu com outros eixos. **Dr. Sérgio**
529 **Cruz** afirmou que levaria o pedido de Jordânia Damasceno adiante, tentando
530 resolver a questão com a assessoria, mesmo com a viagem da Luciane. Ele
531 mencionou que, embora Luciane esteja fora, ela continua a responder e que,
532 além dela, há outros componentes disponíveis para colaborar, indicou que uma
533 outra pessoa ou até ele próprio poderia participar da reunião à tarde, caso
534 necessário, para dar andamento às questões discutidas. **Jordânia Galdino**
535 reiterou que o objetivo é colaborar e destacou que a assessoria, formada pela
536 doutora Anne, doutora Luciane e Thiago Hermido, pode contribuir
537 significativamente para o esclarecimento das questões. Ela sugeriu que, se
538 possível, esses membros da equipe poderiam participar online para ajudar no
539 processo, e enfatizou que a participação deles seria muito útil, mas que não seria
540 uma imposição. **Dr. Sérgio Cruz** mencionou que não seria possível incluir todos
541 os pontos apresentados por Marcelo no tempo disponível antes do almoço, mas
542 ele tentaria destacar os principais. Ele explicou que iria ressaltar os pontos
543 principais e registrar as informações de forma mais prática. Em seguida, ele
544 agradeceu a participação de todos e indicou que a reunião continuará às 13h30,
545 com a discussão do ponto 5.2, que abordaria questões sobre participação e leis.
546 A reunião foi encerrada para uma pausa, com a sugestão de tirar uma foto para
547 registrar a participação dos presentes. **Retornando a reunião no turno**
548 **vespertino, dr. Sérgio Cruz** deu as boas-vindas à doutora Anne, que entrou na
549 sala, e explicou que estavam aguardando a chegada de mais pessoas para
550 compor a reunião à tarde. Ele mencionou que a conselheira Jordânia havia
551 solicitado a presença de alguém da Assessoria de Políticas Culturais (ASPC)
552 para esclarecer dois pontos. O primeiro ponto era sobre o organograma, para
553 saber se já existia ou não um departamento dedicado à diversidade cultural. O
554 segundo ponto foi sobre a participação da SEC na elaboração da PEC. A
555 participação da SEC seria feita após a leitura final das propostas, e a Secretaria
556 identificaria se havia alguma lacuna nas ações apresentadas, com o objetivo de
557 considerar a inclusão de ações adicionais na PEC. **Anne Paiva** comentou sobre
558 a inclusão de um novo departamento no organograma da Secretaria de Cultura
559 e Economia Criativa do Estado. Ela explicou que uma nova proposta de
560 organograma está em tramitação, com a criação de novos setores e
561 departamentos, incluindo a criação da Assessoria de Diversidade, Equidade e
562 Inclusão. Essa nova assessoria teria o objetivo de trabalhar com políticas
563 afirmativas, ações específicas para minorias, e abordar diversas questões
564 relacionadas à inclusão e diversidade no âmbito cultural. **Marcelo Dias** disse
565 que era o "fator amazônico". **Anne Paiva** perguntou se era realmente isso,
566 explicando que imaginava que isso era o que estavam querendo saber
567 primariamente. Em seguida, ela perguntou a Marcelo se ele poderia fazer a
568 pergunta de forma mais específica. **Marcelo Dias** explicou que não se tratava



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

569 de uma pergunta mais específica, mas de duas condições que precisavam ser
570 estabelecidas para a elaboração do plano estadual de cultura. Ele mencionou
571 que a primeira questão era sobre as propostas de livre iniciativa que a Secretaria
572 iria apresentar. Em seguida, ele questionou sobre as propostas que já estavam
573 sendo refinadas e que, em um segundo momento, seriam pactuadas com outros
574 órgãos. Ele continuou destacando que o Plano Plurianual (PPA) seria revisado
575 a cada 5 anos, e mencionou que estavam quase no ponto de pactuar um plano
576 decenal. Marcelo ainda apresentou um exemplo para ilustrar, falando sobre a
577 proposta de um festival estadual no Amazonas. Ele mencionou que, por
578 exemplo, se o estado disponibilizasse R\$ 1 milhão para os 62 municípios, ele
579 perguntaria a Parintins se eles estariam dispostos a pactuar com o festival. No
580 exemplo, Parintins, com seu próprio festival, pediria R\$ 40.000,00 para ajudar
581 nos custos. Ressaltou que ele estava dando dois exemplos práticos para que
582 ficasse claro o processo, já que não havia um arcabouço anterior, e que a
583 discussão para chegar nesse entendimento foi bastante exaustiva. **Anne Paiva**
584 informou, no momento, que as propostas apresentadas diferem entre o plano
585 nacional de cultura e o plano estadual de cultura. Há outras propostas a serem
586 inseridas no processo, considerando que tudo está caminhando conforme
587 esperado. **Marcelo Dias** perguntou se as propostas mencionadas são de livre
588 iniciativa. Anne Paiva respondeu afirmativamente, afirmando que elas já foram
589 apresentadas e que o doutor Sérgio está com essas informações. Em seguida,
590 Marcelo Dias comentou que é necessário entender como essas propostas estão
591 sendo estabelecidas. **Dr. Sérgio Cruz** informa que, ainda não. O acordo que foi
592 acertado é que a SEC vai analisar quando terminar essa rodada de conversas
593 para verificar quais são as aspirações da sociedade por aqui, e depois, o que o
594 poder público, através da Secretaria, achar que não está contemplado com
595 alguma coisa, ela fará suas proposições. **Marcelo Dias** disse que é o Item 2 e
596 os itens que podem ser pactuados ainda estão sendo discutidos. Ele afirmou
597 que, de imediato, considerando tudo o que está em andamento dentro do PPA,
598 algumas questões ainda não estão claras para ele. Ele explicou que o que foi
599 organizado até agora foi uma ideia que estava muito solta e, então, ele organizou
600 o raciocínio, colocando os termos técnicos e jurídicos, que envolvem 2 vertentes,
601 como a livre iniciativa, que pode ser pactuada, exemplo de pactuação seria o
602 festival, e observou que a equipe está se adequando ao novo Sistema Nacional
603 de Cultura, criando uma assessoria específica para políticas públicas culturais.
604 A livre iniciativa havia sido discutida, mas não foi formalizada na conferência
605 estadual, apesar de que, por vontade própria, a equipe está se adaptando à
606 política nacional. A pactuação foi proposta dentro do sistema estadual, como um
607 exemplo do festival estadual. Ele questionou como a execução seria feita,
608 mencionando que alguns municípios poderiam não querer participar, enquanto
609 outros poderiam não ter condições de realizar o festival sozinhos e optariam por
610 levar os melhores para a capital. A questão, portanto, seria encontrar uma
611 solução que envolvesse essa colaboração. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu que,
612 quanto à questão do festival, a doutora Anne Paiva não estava tão por dentro,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

613 talvez a doutora Luciane, que não pôde participar, tivesse mais detalhes. Então,
614 para contextualizar, explicou que foi aprovado na conferência estadual que o
615 estado quisesse o "Festival Encontro Cultural". Com base nessa decisão,
616 criaram várias ações. E dentre essas ações, como o Marcelo Dias está falando,
617 foi colocado que fosse através de algumas etapas em alguns municípios, mas
618 não se consolidou ainda essa posição. Então, o que que o Marcelo está
619 trazendo? Que na verdade quando tiver isso no Plano Estadual, quando for feito
620 o encontro cultural, colocou-se que o estado vai viabilizar formas de que os
621 municípios possam enviar os seus grupos, a sua apresentação. Que seja a
622 identidade do município para participação no nesse festival, inclusive, foi
623 proposto que esse festival fosse itinerante, ou seja, a cada ano ser feito em cada
624 em um município diferente. Então, o que o Marcelo está falando é que o
625 município ao invés de receber esses valores para poder trabalhar no envio do
626 pessoal para Manaus. Eles vão preferir ficar com esse valor para desenvolver o
627 trabalho lá, porque muitos deles não tem efetivamente um festival municipal.
628 Perguntou se ao Marcelo Dias se seria isso. **Marcelo Dias** afirmou que é
629 importante que todas as propostas sejam apresentadas, sendo essa uma delas.
630 Ele destacou que não foi ele quem propôs o festival, mas que a proposta veio da
631 conferência. Ele ressaltou mais uma vez que, embora tenha organizado a
632 proposta de forma jurídica para um melhor entendimento, não era de sua autoria,
633 mas sim uma organização da proposta original. Ele também mencionou que
634 estava disponível para discutir a proposta, embora, na verdade, sua contribuição
635 tenha sido apenas dar uma estrutura mais compreensível, com metas, ações e
636 outras informações relevantes. A função da Secretaria, e especificamente da
637 Assessoria, seria trazer as propostas para serem debatidas e avaliadas. Ele
638 sugeriu que a Secretaria, por exemplo, poderia encaminhar ações em parceria
639 com a SEDUC, destacando que não se trataria de uma proposta da Secretaria,
640 mas algo a ser discutido e levado adiante por outros órgãos, como o FAPIAM,
641 PADEAM, FEI, IPHAN, entre outros. **Anne Paiva** afirmou que entendeu a
642 explicação e ressaltou que precisava apenas "enterrar" também a questão. Em
643 seguida, explicou que as propostas ainda estavam sendo compiladas, o que
644 justificava a reunião em andamento. Concordou com o que o doutor Sérgio havia
645 dito e sugeriu que fosse interessante primeiro compilar todas as propostas para
646 que o governo pudesse entender claramente quais seriam as propostas viáveis
647 e quais seriam as vontades a serem atendidas, permitindo que o governo
648 consiga organizar e estruturar as ações. Também mencionou que as propostas
649 de livre iniciativa deveriam ser elaboradas de forma que conseguissem atender
650 a todos. **Marcelo Dias** iniciou afirmando que estava finalizando a explicação,
651 destacando que o item 2 era importante, especialmente no que se referia à
652 pactuação. Ele mencionou que, na livre iniciativa, a doutora Anne Paiva já
653 poderia apresentar, por exemplo, o organograma solicitado pela conselheira
654 Jordânia, que deveria ser abordado com mais detalhes por ela. Explicou que o
655 organograma se referia às iniciativas que estavam sendo tomadas, como a
656 criação de uma Assessoria, e destacou que o assunto era mais pertinente à



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

657 conselheira Jordânia. Seguiu explicando que o item 1 precisava ser entregue em
658 breve, pois seria utilizado para modular os eixos 1, 2 e 3. Ele deu dois exemplos
659 para ilustrar, mencionando que, às vezes, uma ideia poderia ajudar a reduzir o
660 custo amazônico, ajustando as ações aos eixos estabelecidos. Ele também falou
661 sobre a importância de identificar as ações efetivas que a Secretaria de
662 Economia Criativa deveria realizar, incluindo sugestões como um chamamento
663 público para bordadeiras e costureiras, conforme mencionado pelo conselheiro
664 André Durand. A economia criativa, junto com sustentabilidade, era a atividade
665 principal da Secretaria, assim como o Ministério da Cultura tinha sua atividade
666 principal no campo da cultura. Ele enfatizou que a questão trabalhista deveria
667 ser considerada no planejamento de um orçamento plausível dentro do PPA,
668 para tornar as ações viáveis. Ele sugeriu que uma Assessoria fosse criada para
669 ajudar a formular as iniciativas, embora fosse importante observar que não cabia
670 ao grupo de trabalho fazer governança. No entanto, dentro do grupo de trabalho,
671 a ideia seria formatar e organizar as propostas de maneira mais eficiente, para
672 que a devolutiva fosse feita ao conselho, permitindo uma avaliação conjunta
673 sobre a melhor forma de distribuir e organizar os recursos, embora um grupo de
674 trabalho não devesse se sobrepor à Secretaria, ele acreditava que poderia ajudar
675 a melhorar a gestão dentro das possibilidades. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que o
676 objetivo de contextualizar a doutora Anne Paiva sobre a discussão era informar
677 que o ponto levantado por Marcelo já estava relacionado à parte de orçamento
678 e planejamento. Ele destacou que isso entra no PPA (Plano Plurianual), mas não
679 era o foco das reuniões do plano estadual de cultura. O foco, segundo Dr. Sérgio,
680 era estabelecer o que seria feito nas etapas iniciais. Ele ressaltou que a parte de
681 programação sanitária e o planejamento plurianual viriam em uma segunda
682 etapa, que envolveria conversas com a SEFAZ. Mesmo que algo não fosse
683 viável naquele momento, o plano estadual de cultura tem um período de 10 anos
684 para ser implementado, e algumas coisas podem ser feitas ao longo desse
685 tempo. Contudo, ele mencionou que, em alguns casos, ao longo de uma década,
686 algumas ações podem não ser realizadas devido à falta de estrutura técnica ou
687 financeira. O foco da reunião era a proposição e a execução das ideias, e que a
688 parte de execução seria abordada mais tarde, com a fiscalização do CONEC que
689 monitoraria a implementação das ações, verificando se estavam sendo
690 cumpridas dentro do PPA. Caso algo não fosse contemplado no momento, o
691 CONEC informaria que não havia condições de incluir naquele período,
692 destacando as ações que já estavam sendo priorizadas. **A conselheira**
693 **Jordania Galdino** agradeceu a presença da Dra. Anne Paiva. Em seguida, dr.
694 Sergio Cruz perguntou se Marcelo Dias já se sentia contemplado ou se gostaria
695 de fazer algum outro comentário. **Marcelo Dias** respondeu dizendo que já havia
696 enviado por escrito a questão discutida pela manhã e confirmou que o ponto
697 mencionado estava mantido. Ele explicou que aguardava o encaminhamento
698 para poder analisar posteriormente as propostas de iniciativa. Diante dessas
699 situações, **Dr. Sérgio Cruz** perguntou à Dra. Anne Paiva se ela gostaria de
700 comentar mais alguma coisa. **Dra. Anne Paiva** respondeu dizendo que não, que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

701 não tinha mais nada a acrescentar, mas que ficaria ouvindo parcialmente o que
702 os outros estavam dizendo e que, caso precisassem, era só chamá-la. **Marcelo**
703 **Dias** abordou a reformulação do Conselho Estadual de Cultura, destacando dois
704 pontos principais. **Primeiro**, a necessidade de alinhar o conselho à nova
705 nomenclatura e ao organograma moderno, de acordo com a Política Nacional de
706 Cultura. **Segundo**, mencionou a proposta de incluir mudanças no plano estadual
707 de cultura, sugerindo a criação de uma "lei complementar" para adicionar novas
708 cadeiras ao conselho, sendo duas para o poder público e duas para a sociedade
709 civil organizada. Marcelo ressaltou a importância de ouvir os conselheiros
710 nacionais e a Secretaria de Cultura para definir a melhor estratégia, destacando
711 que as opções incluem a adoção de uma lei ordinária ou complementar. Ele
712 sugeriu que a decisão seja tomada após a reunião do dia 4 ou 5 de dezembro,
713 quando novas diretrizes sobre o conselho nacional seriam discutidas. **Dr. Sérgio**
714 **Cruz** complementou a fala de Marcelo sobre a reformulação do Conselho
715 Estadual de Cultura, destacando que a mudança da nomenclatura do conselho
716 vai além de uma simples alteração de nome. Ele explicou que a mudança
717 envolve uma alteração na Constituição do Estado do Amazonas, já que o nome
718 "Conselho Estadual de Cultura" está previsto na constituição estadual. Esse
719 processo de mudança, iniciado ainda durante o período do ex-secretário Marcos
720 Apolo, já está sendo trabalhado e pode levar mais um ano para ser efetivado.
721 Também perguntou ao **conselheiro Elson Rocha**, que faz parte do conselho
722 nacional, se ele tinha alguma observação a fazer sobre os pontos discutidos, e
723 se ele se sentia contemplado com as questões já abordadas. **O conselheiro**
724 **Elson Rocha** compartilhou que entrou na reunião já no final, perdendo parte da
725 discussão anterior. Ele mencionou que inicialmente achou que todos estavam
726 em silêncio, o que o levou a não acompanhar a fala de Marcelo Dias. Relatou
727 que Marcelo havia falado com Maria Paula, do Conselho Nacional, que também
728 coordena o Ministério da Cultura, ela orientou que fosse aguardada a reunião
729 programada para os dias 4 e 5 de dezembro, que acontecerá em Brasília.
730 **Marcelo Dias** contextualizou a questão da mudança do nome do Conselho
731 Estadual de Cultura, destacando que o governo do Estado do Amazonas tem
732 autonomia para decidir, mas há uma tendência nacional nesse sentido. Ele
733 mencionou que, sob a liderança de Marcos Apolo, a criação da Assessoria de
734 Políticas Públicas Culturais foi um avanço significativo, o que trouxe
735 reconhecimento à Secretaria e ajudou a fortalecer o debate cultural dentro do
736 estado. As três possíveis estratégias para a reformulação do conselho são: (I)
737 incluir a mudança como um "jabuti" dentro da PEC, (II) criar uma lei ordinária ou
738 (III) uma lei complementar, que poderia adicionar cadeiras ao conselho. Ele
739 também enfatizou a importância do entendimento e consenso entre os
740 envolvidos para que a mudança avance. Como delegado e servidor público,
741 reforçou sua contribuição colaborativa para o entendimento e a definição do
742 processo, sem impor qualquer decisão. **O conselheiro Elson Rocha** destacou
743 que a mudança do nome do Conselho Estadual de Cultura exige um processo
744 formal, já que o conselho é regulamentado por uma lei estadual. Isso significa



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

745 que a proposta precisaria passar pela Assembleia Legislativa, atravessando
746 comissões e, caso não haja interesse político, o processo poderia demorar anos
747 para ser aprovado. Ele concordou com a explicação de Marcelo sobre o "jabuti",
748 reconhecendo que, apesar dos desafios do processo legislativo, a mudança é
749 um passo importante, mas que poderia enfrentar obstáculos devido à burocracia
750 e à falta de interesse em sua aprovação. **Dr. Sérgio Cruz** informou que as
751 dúvidas dos 2 últimos dias haviam sido contempladas. Em seguida, ele passou
752 para o **item 5.2 do EIXO 5 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E**
753 **SUSTENTABILIDADE** que é: Assegurar através de leis uma política pública
754 para o fomento de projetos de arte terapia, com artistas, fazendo visitas lúdicas
755 em hospitais, centros psiquiátricos e geriátricos, creches e pré-escolas em todo
756 Estado do Amazonas, gerando trabalho, renda e sustentabilidade no segmento
757 das artes. **Objetivo identificado:** Assegurar o fomento de projetos de arte
758 terapia por meio de leis estaduais que estabeleçam políticas públicas de atuação
759 em hospitais, centros psiquiátricos e geriátricos, creches e pré-escolas visando
760 gerar trabalho, renda e sustentabilidade desses projetos. **Ponto Focal:** Fomento
761 da arte terapia. **Entes envolvidos:** SEC, SEFAZ, PGE, FAPEAM, e Secretaria
762 de Estado de Assistência Social – SEAS. **Pontos de observação:** SEFAZ deve
763 ser consultada para estudo da viabilidade orçamentária para inclusão na dotação
764 do Governo. PGE deve ser consultada sobre a viabilidade de criação da(s)
765 Lei(s) proposta(s). SEAS deve ser consultada para análise da proposta (se já
766 existe) e viabilidade como Programa institucional daquela Secretaria. A FAPEAM
767 deverá ser consultada sobre eventual viabilidade do fomento por meio da sua
768 carta de serviços. A Ação poderá ser eventualmente amparada por Editais de
769 Cultura. **Propostas convergentes:** Assegurar através de leis uma política
770 pública para o fomento de projetos de arte terapia, com artistas vestidos de
771 palhaços, fazendo visitas lúdicas na cidade de Manaus e /ou Estado do
772 Amazonas, gerando trabalho, renda e sustentabilidade no segmento das artes
773 circenses. **Bjarne Furtado** perguntou se a UEA figura entre as instituições no
774 ponto que estava sendo discutido. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu que a UEA
775 (Universidade do Estado do Amazonas) não foi incluída no projeto de arte terapia
776 porque ele, no momento da análise, não levou em consideração as instituições
777 relacionadas à educação. Ele explicou que, por essa razão, não incluiu a SEDUC
778 e nem a UEA no projeto. **O conselheiro Bjarne Furtado** explicou que a arte
779 terapia é uma linha que requer uma formação específica e uma metodologia
780 própria, geralmente oferecida no âmbito das Instituições de Ensino Superior
781 (IES). Ele destacou que, por essa razão, a arte terapia é uma categoria distinta.
782 Embora ele tenha sugerido que seria interessante a inclusão da UEA entre as
783 instituições envolvidas no projeto, ele reconheceu que ela representa uma
784 vertente diferente dentro desse contexto. **Dr. Sérgio Cruz**, em resposta ao
785 conselheiro Bjarne Furtado, perguntou se, na fala dele, a sugestão seria que as
786 instituições de ensino superior (IES) criassem um posto específico para a arte
787 terapia. Ele estava buscando confirmar se essa seria a intenção de Furtado,
788 considerando que a arte terapia requer formação específica e metodologia



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

789 própria. **O conselheiro Bjarne Furtado** explicou que, além de uma formação
790 técnica, a arte terapia também exige uma formação continuada, que pode ser
791 em serviço, devido às suas complexidades. Ele destacou que a arte terapia não
792 se resume apenas à prática artística, mas também precisa de uma base
793 pedagógica e uma compreensão mais ampla, envolvendo áreas como a saúde,
794 psiquiatria e psicologia. Furtado enfatizou que, para aplicar a arte terapia de
795 forma eficaz, não é suficiente apenas ter habilidades artísticas, sendo necessário
796 um alinhamento entre essas habilidades e uma abordagem terapêutica
797 orientada, que vai além da prática pedagógica convencional. **Dr. Sérgio Cruz**
798 detalhou os aspectos da arte terapia, explicando que ela envolve práticas
799 artísticas utilizadas com o objetivo de promover o bem-estar das pessoas. Disse
800 que a importância da arte terapia como um processo terapêutico, que utiliza
801 mediadores artísticos em um contexto específico para ajudar os indivíduos a se
802 conhecerem melhor, desenvolverem autoestima e alcançarem tranquilidade.
803 Essa abordagem, segundo ele, é baseada na interação entre o sujeito e a dor, a
804 criação artística e o trabalho terapêutico, e pode envolver elementos como
805 imaginação, simbolismo e metáforas. Além disso, a fundamentação científica da
806 arte terapia, que engloba teorias sobre psicopatologia expressiva e o
807 desenvolvimento psíquico. Ele citou o autor Rui de Carvalho, destacando sua
808 obra de 2001, que fundamenta a arte terapia como uma ferramenta terapêutica,
809 capaz de ativar o aparelho criativo e proporcionar cura e progresso aos
810 indivíduos. Para ele, o psicoterapeuta deve ter um conhecimento profundo da
811 teoria e da prática clínica da arte terapia, com ênfase na técnica e na própria
812 experiência artística. Ele reconheceu a diversidade de abordagens dentro da arte
813 terapia, incluindo diferentes formas de expressão artística como pintura, música,
814 dança, escrita e outras, sendo todas utilizadas para intervenções
815 psicoterapêuticas. **O conselheiro Bjarne Furtado**, em sua intervenção,
816 reconheceu a importância do processo dentro da arte terapia, destacando que,
817 para essa prática, o processo terapêutico em si é tão crucial quanto o resultado
818 final. Ele enfatizou que a arteterapia envolve um conhecimento técnico e
819 específico, e, em sua opinião, a universidade não deveria ficar de fora desse
820 processo. Segundo ele, para gerar emprego e renda, e integrar a arte terapia em
821 uma cadeia produtiva, é fundamental primeiro estabelecer processos formativos
822 adequados. Ele reforçou que, para alcançar resultados satisfatórios, a formação
823 e capacitação são essenciais, o que torna a participação das instituições de
824 ensino superior (IES) um ponto crucial para o sucesso dessa proposta. **O**
825 **conselheiro André Durand** destacou a ausência da Fundação e da Secretaria
826 de Juventude, Esporte e Lazer no projeto, mencionando que, devido à mudança
827 de nomenclatura dessa Secretaria, ele não sabe qual será sua designação nos
828 próximos anos. Ele sugeriu que essa Secretaria poderia contribuir para a parte
829 psicossocial da proposta. Enfatizou a relevância de integrar a psicoterapia na
830 arte terapia, destacando que outras secretarias poderiam subsidiar o projeto. Ele
831 mencionou ainda a técnica de "montar no cavalo", usada com crianças com
832 autismo, como uma forma de integração sociocultural, sugerindo que ela poderia



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

833 se relacionar com a arte terapia. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** informou
834 que o nome correto dessa técnica é "Ecoterapia", e o conselheiro Durand
835 concordou, afirmando que ela poderia se associar à arteterapia. Sugeriu que o
836 conselheiro Vanderley Pinheiro, com sua formação em fonoaudiologia, poderia
837 contribuir para a discussão, dada sua experiência na área de saúde e terapia.
838 **Marcelo Dias** disse que, apesar de não ser especialista no assunto, acredita
839 que a lógica da proposta precisa ser invertida. Ele alertou que, caso a PEC do
840 "plantador de cultura" seja apresentada da forma como está, o resultado será
841 uma continuidade da dependência financeira, como se estivessem "com o pires
842 na mão". Sugeriu reunir todos os "pares" na mesma mesa para discutir a
843 proposta de forma colaborativa. Ele mencionou a importância de ampliar a
844 discussão e incluir mais envolvidos, como a Secretaria de Juventude e outras
845 áreas não ventiladas até então. Ele também destacou que esses setores podem
846 ser convocados pela SIC sem problemas, e que a integração de todas as partes
847 resultaria em uma proposta mais sólida. Além disso, ele sugeriu um modelo
848 colaborativo de trabalho, onde diferentes partes poderiam contribuir com
849 recursos e profissionais, ajudando a construir uma solução compartilhada. Ele
850 finalizou a proposta sugerindo que, após a criação do plano, seria importante
851 garantir a governança e a documentação adequada para que todos os
852 envolvidos recebessem uma devolutiva oficial sobre a implementação da
853 proposta. **O conselheiro Bjarne Furtado** perguntou ao Conselho sobre a
854 compreensão da intervenção da série, solicitando que explicassem como
855 estavam interpretando esse processo. Disse que desejava entender a
856 perspectiva deles e perguntou de que maneira estavam pensando sobre a
857 intervenção das secretarias, em especial a Secretaria de Assistência Social, e
858 como ela se relaciona com o desenvolvimento de políticas de saúde. Ele
859 expressou interesse em compreender melhor esse processo. **Marcelo Dias**
860 explicou ao conselheiro que, da parte deles, a abordagem seria levar a
861 problemática para discussão, apresentando a proposta para que fosse analisada
862 internamente. Ele mencionou que cada gestor poderia buscar uma solução
863 individual e que, na próxima reunião, seria possível avaliar como cada um
864 poderia contribuir. Também destacou que os gestores, que são os pontos focais
865 de cada Secretaria, estariam envolvidos no processo. Ele enfatizou que o foco
866 era a equoterapia, sugerindo que, caso alguém tivesse algo a contribuir sobre o
867 tema, deveria compartilhar. **Dr. Sérgio Cruz** disse que Marcelo Dias estava
868 insistindo na questão da governança, que só deveria ser abordada em um
869 momento posterior, quando a programação estivesse mais avançada e a
870 execução fosse discutida. Ele explicou que a governança entraria na preparação
871 para a execução do plano, onde cada parte poderia analisar como contribuir. No
872 momento, o foco deveria ser nas propostas, principalmente sobre o que a
873 sociedade deseja realizar como política cultural. Ele enfatizou que esta era a
874 etapa de propor ideias e definir como tirá-las do papel, e que a governança seria
875 discutida em um segundo momento, com o envolvimento de diversos entes,
876 como a Secretaria da Fazenda, PGE, SEFAZ, e outros órgãos, incluindo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

877 instituições de ensino superior, a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, além
878 de outros conselhos. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** compartilhou sua visão
879 sobre a participação da arteterapia, destacando que ela deve ser combinada com
880 a atuação de um psicólogo. Ele explicou que a arteterapia é um tratamento que
881 utiliza a arte como meio terapêutico, mas acredita que ela deve ser aplicada em
882 parceria com outras secretarias. Ressaltou que, sozinha, a arteterapia não será
883 eficaz, pois é necessário um diagnóstico específico para que o artista possa
884 interagir adequadamente com as dificuldades ou patologias do indivíduo. Ele
885 concluiu sua contribuição destacando a importância dessa abordagem integrada.
886 **Bjarne Furtado** expressou seu desejo de complementar as palavras do
887 conselheiro Vanderley, destacando a importância de contribuir com o que foi dito
888 por ele. Ele explicou que o psicólogo, como arte-terapeuta, tem uma formação
889 específica para atuar nesse campo. Não basta apenas fazer uma dicotomia entre
890 o artista e o psicólogo para entender essa prática, pois ambos desempenham
891 papéis distintos. Embora os artistas possam atuar na arteterapia por meio de
892 cursos e fomento a iniciativas formativas, ele destacou que a arte-terapia exige
893 habilidades e competências específicas, que não são adquiridas apenas com a
894 prática artística. Para que um artista possa atuar como arte-terapeuta, é
895 necessário que ele siga um caminho diferente e adquira uma formação
896 específica para isso. Bjarne concluiu dizendo que a intenção não é excluir o
897 artista, mas garantir que ele tenha a formação necessária para atuar com
898 competência na arteterapia. **O conselheiro Vanderley pinheiro** disse que é um
899 diferencial do artista. **Dr. Sérgio Cruz** informou que todos estavam alinhados
900 quanto à situação e que a primeira proposta era a de promover formação
901 continuada para o desenvolvimento de especialistas em arteterapia. Ele
902 destacou que a fala do conselheiro o conselheiro Vanderley foi importante e que
903 a transversalidade do assunto deveria ser considerada. Foram incluídos novos
904 entes para discussão, além dos mencionados no documento recebido pelos
905 participantes, como a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, e a Secretaria
906 de Saúde do Estado. Disse que a transversalidade seria discutida em uma etapa
907 posterior, quando todos os entes envolvidos seriam chamados para participar de
908 reuniões, assim como já acontecia nas reuniões com a sociedade civil. A ideia
909 seria incluir todos na discussão para criar formatos para a execução do plano
910 estadual de cultura. Ele também mencionou a necessidade de uma lei específica
911 sobre arteterapia, questionando se já havia alguma normativa sobre o tema, e
912 sugeriu que a lei fosse mais robusta, abrangendo não apenas a arteterapia, mas
913 também outros temas relacionados. Explicou que, neste momento, não era o
914 momento de convocar os entes envolvidos, mas de identificar quem seriam
915 esses entes, para que, em um segundo momento, eles fossem chamados para
916 compor a discussão. **O conselheiro Bjarne Furtado** informou que já existe um
917 **PROJETO DE LEI N.º 3.416-A, DE 2015** que regulamenta a profissão de
918 Arteterapeuta e dá outras providências. Art. 2º Arteterapeuta é o profissional que
919 se utiliza dos recursos expressivos de artes visuais, música, dança, canto, teatro,
920 literatura, como elementos capazes de favorecer o processo terapêutico das



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

921 pessoas, buscando o autoconhecimento, a autoexpressão, o desenvolvimento
922 humano, a criatividade, a prevenção e a reabilitação de doenças mentais e
923 psicossomáticas. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou se já havia alguma estratégia,
924 diretriz, meta ou indicador relacionado à criação da lei e para criá-la, seria
925 necessário realizar escutas e abrir a participação da sociedade para coletar
926 contribuições. Ele também sugeriu que, dado o envolvimento do conselheiro
927 Vanderley com o assunto, seria interessante ouvir mais sobre sua experiência e
928 conhecimento. Além disso, destacou que a discussão não deve se restringir
929 apenas à equoterapia, pois há outros tipos de terapias e abordagens que
930 poderiam ser exploradas. Ele lembrou de um trabalho anterior envolvendo
931 interação entre seres humanos e botos cor-de-rosa no Amazonas, sugerindo que
932 isso poderia ser um ponto de interesse para o Conselho que poderia buscar mais
933 propostas e continuar trabalhando nesse formato de discussão e colaboração. **A**
934 **conselheira Jordania Galdino** ressaltou a importância de discutir a arteterapia,
935 compreender essa prática além de sua aplicação como uma terapia. Ela
936 enfatizou que a arte, seja no teatro, na dança ou na música, pode ser uma
937 ferramenta transformadora, e que a arte-terapia não se limita ao treinamento
938 para atores e técnicas, mas envolve um processo de transformação pessoal. Ela
939 compartilhou sua experiência de trabalhar com teatro para idosos, um tipo de
940 "teatro-terapia", e destacou como essa prática foi significativa. Contudo, ela
941 também apontou a necessidade de apoio institucional e de parcerias para
942 expandir essas iniciativas. Apesar de ser artista, ela não tem muita experiência
943 em criar políticas públicas ou leis sobre o tema, o que é um campo novo para
944 ela. Em relação à construção de políticas públicas e ao plano estadual, observou
945 que a área da arteterapia, como uma abordagem emergente, tem grande
946 potencial de desenvolvimento nos próximos anos. Ela sugeriu que, assim como
947 o trabalho realizado no governo anterior, é necessário pensar no futuro e no
948 desenvolvimento de uma estrutura mais sólida para apoiar essas iniciativas.
949 Também tocou na questão das novas secretarias de ação social no estado, que,
950 segundo ela, podem ser parceiras importantes no desenvolvimento de
951 programas de arte-terapia. Ao final, ela concluiu sua fala reforçando a
952 importância de pensar a longo prazo, destacando que a transformação das
953 políticas públicas deve se alinhar com as novas necessidades e práticas no
954 campo da cultura e da arte-terapia. **O conselheiro Bjarne Furtado** comentou
955 que é muito interessante, realmente, e que os artistas devem ter mais espaço
956 para desenvolver diferentes trabalhos, mas também é importante chamar
957 atenção. Ele explicou que o arte terapeuta tem uma regulamentação própria e
958 que, no caso da arte terapia, ela se enquadra dentro de uma profissão específica.
959 também mencionou uma lei que ele havia mencionado anteriormente, a qual
960 responde sobre a regulamentação de terapeutas.

961 Ele reiterou que em nenhum momento está colocando uma barreira para que os
962 artistas atuem em outro nicho, desde que obedeçam aos critérios e sejam



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

963 juramentados para atuar de acordo com sua competência nessa área. Destacou
964 que o plano estadual de cultura abrirá oportunidades para outros artistas
965 buscarem caminhos de outras formações, tornando a área mais robusta. Ele
966 também enfatizou que a esfera das atividades que envolvem a arte é muito
967 importante. Questionou se os artistas poderiam atuar nessa área apenas por
968 serem artistas, e explicou que isso envolve uma outra dimensão. Ele mencionou
969 a importância de combinar o trabalho de psicólogos com os artistas, como no
970 caso dos psicólogos da CEAS, que atuam nos equipamentos socioassistenciais.
971 Ressaltou que é muito importante compreender bem cada uma dessas funções
972 e seus nichos. Ele também comentou que é necessário tornar esse ponto mais
973 robusto e oportunizar outros profissionais, que possam utilizar a arte como meio.
974 Ele gostaria de chamar atenção para esse ponto em especial. **Dr. Sérgio Cruz**
975 questionou sobre o que poderia ser feito. O Conselho Estadual de Cultura -
976 CONEC respondeu que poderia tentar, e começou a ler o que havia sido
977 colocado em uma sala. Ele mencionou que foi apresentado um arcabouço legal
978 e também destacou que a proposta envolvia a criação de alternativas para a
979 promoção de saúde mental e bem-estar, o que considerou muito bom e
980 interessante. Isso contribuiria para tirar do papel muitas ideias e mencionou um
981 plano de 10 anos que ajudaria nesse processo. Foi feito um levantamento
982 conforme as leis e as normativas que já haviam sido apresentadas, e o Conselho
983 ressaltou que não iria entrar na questão da lei específica naquele momento.
984 disse que faria uma consulta a ABRATA (Associação Brasileira de Arte Terapia),
985 pois acreditava que eles teriam algum material para leitura sobre o assunto. Em
986 princípio, ficaria a ideia do conselheiro Bjarne Furtado sobre a questão de se
987 colocar a arte terapia como uma formação continuada, como um objeto de
988 estudo, sem o objetivo de criar impedimentos para a aplicação da arte, mas sim
989 criar meios para que os profissionais se especializassem. Ele também sugeriu
990 que poderiam ser criadas bolsas de estudo para esse trabalho, com a
991 possibilidade de criar editais para atender as demandas de quem quisesse
992 efetivamente trabalhar com arte terapia. Também discutiu outro ponto sobre a
993 geração de trabalho, renda e sustentabilidade no segmento das artes.
994 Questionou se esse pedido se aplicaria à arteterapia, considerando a ligação
995 dessa prática com a psicologia. Embora não conhecessem profundamente o
996 tema, o trabalho de arte terapia geralmente envolve uma colaboração entre
997 artistas e psicólogos. Pediu esclarecimentos adicionais, mencionando que
998 Vanderley poderia auxiliar nesse ponto, dado que a interação entre artistas e
999 psicólogos era fundamental. Ele sugeriu explorar outras profissões que poderiam
1000 colaborar nesse contexto e também se desenvolver em parceria para trabalhar
1001 com fins específicos em prol da sociedade. O Conselho finalizou com uma
1002 pergunta, indagando se alguém teria ideias para levantar essa questão dentro



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1003 do eixo da economia criativa. **O conselheiro Bjarne Furtado** acredita que a
1004 interseção entre arte e psicologia poderia realmente ocorrer, sem dúvida. Para
1005 ele, seria importante que, por exemplo, psicólogos tivessem algum tipo de
1006 conhecimento em arte, já que a educação artística pode potencializar a
1007 sensibilidade humana. Ele considera que essa sensibilidade, que desenvolve
1008 habilidades socioemocionais, deveria andar junto com a razão, pois em um
1009 mundo excessivamente meritocrático, a sensibilidade tem sido negligenciada, o
1010 que é problemático. Explica que a arte pode contribuir para a recuperação ou
1011 melhora de pessoas debilitadas emocionalmente, e que tanto artistas quanto
1012 psicólogos devem conhecer o trabalho um do outro para alcançar os mesmos
1013 objetivos terapêuticos. Segundo ele, é válido que ambos os profissionais
1014 complementem suas formações, com um processo contínuo de capacitação,
1015 especialmente por meio das Instituições de Ensino Superior (IES). Ele também
1016 observa que muitos psicólogos sem formação artística tendem a buscar o
1017 passado para justificar a estética ao analisar uma obra de arte, quando, na
1018 realidade, a estética é algo presente e mutável, conforme a percepção do
1019 público. A arte precisa ser mais do que apenas uma área de conhecimento
1020 independente; ela deve interagir com a psicologia, influenciando também o
1021 campo da ação psicológica e expressiva. Ao discutir a importância do papel do
1022 arte-educador, ele destaca que, embora seja maravilhoso que todo educador
1023 pudesse ser também um artista, ou que todo artista pudesse ser um educador,
1024 essas são competências específicas. Ele alerta que o objetivo de um arte-
1025 educador não é transformar as pessoas em artistas, mas utilizar a arte como um
1026 meio de desenvolvimento, mesmo que algumas pessoas que participem do
1027 processo de arte-educação possam se tornar artistas ao longo do tempo.
1028 Destaca a delicadeza do processo de arte-educação e tratamento psicológico,
1029 ressaltando a importância de não confundir os dois. Ele afirma que, em situações
1030 de tratamento, o foco está na pessoa que precisa de cuidado, e é crucial
1031 entender que existe uma linha tênue entre esses dois aspectos. **Dr. Sérgio Cruz**
1032 destaca que já havia mencionado a necessidade de complementação, que agora
1033 foi abordada pelo conselheiro Bjarne. Ele reforça que é importante estar atento,
1034 especialmente ao tratar de temas como o Plano Estadual de Cultura. Ele
1035 menciona que a junção de profissionais com artistas deve ser considerada, mas
1036 com o foco principal voltado para a arte e a cultura. No contexto da economia
1037 criativa, sugere que é necessário avaliar outras fontes, mas sem permitir que
1038 outra profissão se sobreponha ao trabalho do artista. Ele acredita que o ganho
1039 para o artista deve ser igual ou até maior, devido à criatividade e à parte lúdica
1040 que são exclusivas dos artistas. Compartilha que, embora se esforce em sua
1041 própria criatividade, ele reconhece que não tem as mesmas capacidades
1042 criativas de muitos artistas, mas se sente grato por ter contato com eles. Ele



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1043 enfatizou a importância do artista, tanto na arte-terapia quanto em outras
1044 profissões. Ele acredita que os artistas devem ser valorizados e remunerados de
1045 forma equivalente a outros profissionais, como médicos, educadores físicos,
1046 psiquiatras e fonoaudiólogos. Defende que deve ser feito um trabalho para
1047 garantir que isso aconteça. **O conselheiro Bjarne Furtado** esclarece ao Dr.
1048 Sérgio Cruz que acredita que ele ainda não compreendeu totalmente o ponto
1049 que ele está tentando transmitir. Ele reitera que em nenhum momento sugeriu
1050 que a equanimidade entre as profissões envolvidas no processo de arte-terapia
1051 devesse ser ignorada. Explica que a maioria dos terapeutas e artistas busca
1052 alcançar um resultado específico com pessoas que estão lidando com questões
1053 de saúde, o que também faz parte da cultura. Para ele, é um erro separar certas
1054 práticas como culturais e outras como não culturais, pois, no fundo, todo fazer é
1055 cultura. Ele destaca que, embora a cultura tenha um significado distinto no
1056 contexto da política cultural, ela abrange todo tipo de prática humana, seja no
1057 campo artístico ou em outras áreas. Além disso, vê a arte como uma
1058 oportunidade para os artistas ampliarem suas possibilidades de trabalho,
1059 inclusive se inscrevendo em mais oportunidades. Ele acredita que os artistas não
1060 devem se limitar exclusivamente à sua arte, mas podem expandir para outras
1061 áreas, como a arte-terapia. Também afirma que não está sugerindo que os
1062 artistas devem ganhar menos do que psicólogos, mas que um artista pode se
1063 especializar como arte-terapeuta, uma profissão regulamentada por lei. Ele
1064 insiste que não está divergindo das ideias de Dr. Sérgio sobre a cadeia produtiva,
1065 mas apenas ressaltando que a arte-terapia é mais uma oportunidade para os
1066 artistas se inserirem no mercado de trabalho. Por fim, ele pede para que Dr.
1067 Sérgio não o entenda mal, pois seu ponto é apenas reforçar a ideia de que ser
1068 arte-terapeuta é uma forma válida de o artista ampliar suas possibilidades
1069 profissionais. **Dr. Sérgio Cruz** esclarece que tudo o que mencionou tinha como
1070 objetivo ressaltar que a luta é para que não haja diferenças nos ganhos
1071 financeiros entre os profissionais. Ele reconhece que o ponto discutido vai além
1072 disso e entende que o artista pode, sim, ter formação profissional em outras
1073 áreas. Ele sugere que, além da formação continuada, seja necessário oferecer
1074 algum tipo de apoio adicional, como bolsas de estudo ou suporte técnico e
1075 financeiro, para que a arte-terapia se desenvolva. Menciona a possibilidade de
1076 incluir ações relacionadas a editais de Cultura, sugerindo que poderia haver um
1077 edital específico para a arteterapia, como uma forma de apoiar o
1078 desenvolvimento da área dentro do contexto cultural. **A conselheira Jordania**
1079 **Galdino** disse que seria interessante a criação de editais voltados para a
1080 regulamentação da arte-terapia, como uma forma de proporcionar oportunidades
1081 para essas pessoas. Ela destaca que isso poderia ajudar a regulamentar a
1082 profissão mais tarde. **O conselheiro Bjarne Furtado** concorda, mencionando a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1083 importância de trabalhos coletivos e colaborativos, sugerindo que os editais
1084 poderiam ser uma ferramenta para esse fim. **Dr. Sérgio Cruz** concorda e afirma
1085 que entendeu a sugestão. Ele propõe que, a partir desse momento, o grupo
1086 comece a trabalhar na elaboração de um texto sobre a criação de editais, dando
1087 início à construção desse processo de regulamentação e apoio à arteterapia. **O**
1088 **conselheiro Bjarne Furtado** sugere a criação de editais para a atuação de arte-
1089 terapeutas, destacando que isso deve ser feito sem perder de vista a constituição
1090 de bolsas de estudo, para que artistas possam atuar em colaboração com outros
1091 profissionais da área. Ele acrescenta que, além de oferecer oportunidades de
1092 emprego e remuneração, é importante também abrir espaço para as bolsas de
1093 estudo. Enfatiza que, para os profissionais que já são arte-terapeutas
1094 certificados, é possível que eles atuem diretamente nesses programas, desde
1095 que possuam a qualificação necessária. **Dr. Sérgio Cruz** está fazendo algumas
1096 considerações sobre a proposta apresentada pelo conselheiro Bjarne Furtado.
1097 Ele menciona que está anotando as sugestões e que, devido à extensão da
1098 proposta, ele vai incluí-la em uma versão futura, onde todos poderão fazer uma
1099 leitura geral. Ele sugere que, no final, será realizada uma reunião final apenas
1100 para alinhamento, quando todos poderão revisar e discutir as propostas. Ele
1101 também destaca que, no caso das sugestões relacionadas à criação de editais
1102 para arte-terapia e viabilização de bolsas de estudo para a especialização dos
1103 artistas, essa discussão pode ser aprofundada futuramente. Sugere que, se
1104 alguém já tiver pontuado algo em relação a essas propostas, pode levantar a
1105 questão durante a reunião de alinhamento. **O conselheiro Bjarne Furtado**
1106 sugere a ideia de criar uma premiação para os melhores projetos de arte terapia,
1107 como forma de estímulo. Ele propõe que, ao final da execução de um plano de
1108 arte terapia, o protagonista da ação seja premiado, o que poderia ser feito em
1109 parceria com a FAPEAM. Ele pergunta aos presentes o que acham dessa
1110 proposta. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou se tem alguém que não seja favorável à
1111 proposta que se manifeste. Como não houve manifestação contrária, confirma
1112 que todos estão de acordo com a proposta do conselheiro Bjarne Furtado. Ele
1113 então ficou decidido que irá proceder a premiação dos melhores projetos de arte
1114 terapia, conforme os resultados que forem apresentados. **O conselheiro Bjarne**
1115 **Furtado** esclarece que, para a premiação dos melhores projetos de arte terapia,
1116 é necessário criar um edital específico para a concorrência. Ele destaca que isso
1117 deve ser feito sem prejudicar o trabalho que o profissional já estará
1118 desenvolvendo em outros editais. **Marcelo Dias** traz uma contribuição relevante,
1119 destacando que, embora não seja um profissional da área, ele se baseia na
1120 experiência dos profissionais que atuam na economia criativa e na arte terapia.
1121 Ele também menciona o trabalho conjunto com a assessoria de assuntos
1122 parlamentares, especialmente a atuação do deputado Sinésio Campos, e a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1123 constituição de um CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) para a área,
1124 além de seu envolvimento nas frentes de trabalho relacionadas. Em seguida, ele
1125 questiona o que é necessário para a implementação das propostas de economia
1126 criativa, pedindo mais esclarecimentos sobre os passos ou ações necessárias
1127 para a efetivação dessas propostas. **Dr. Sérgio Cruz**, ao perceber que o tempo
1128 para a reunião estava acabando, aproveitou para reforçar a importância de
1129 discutir as propostas relacionadas à economia criativa, ressaltando que seriam
1130 necessárias ações, metas, indicadores e estratégias. Ele sugeriu envolver
1131 grupos como os "Ethan" para a especialização de áreas como costureiras,
1132 figurinistas e maquiadores, reconhecendo que já existem trabalhos em
1133 andamento nessas áreas, mas que talvez fosse necessário apenas aprimorar e
1134 criar novas propostas. Ele também destacou que seu papel era apenas motivar
1135 a discussão e que caberia ao grupo explorar alternativas e desenvolver as
1136 propostas. Mencionou, ainda, a delegada da área de moda, Glícia Cauper, e
1137 sugeriu que fosse interessante estudar com ela sobre moda, que é considerada
1138 uma parte essencial da economia criativa. **O conselheiro Bjarne Furtado**
1139 sugeriu a criação de um edital específico para a área de moda, focando em
1140 profissionais do setor. Ele propôs que o edital fosse estruturado para promover
1141 e divulgar as tendências de moda atuais, alinhadas com as questões locais e
1142 regionais da cultura amazônica. A ideia seria destacar como a moda reflete as
1143 vivências e as transformações de cada sociedade em um determinado momento
1144 histórico, abordando também a conexão com a realidade contemporânea, sem
1145 perder de vista as particularidades culturais da região. Além disso, ele
1146 mencionou a possibilidade de premiar os melhores projetos ou expressões de
1147 moda que ressoem com essas tendências e reflexões contemporâneas. A
1148 discussão se concentrou em como esse edital poderia, ao mesmo tempo,
1149 destacar a modernidade da moda e respeitar a identidade cultural local. **Dr.**
1150 **Sérgio Cruz**, respondeu positivamente à proposta, sugerindo que o tema
1151 pudesse ser considerado para os próximos editais ou mesmo para o longo prazo.
1152 **Marcelo Dias** comentou que havia inserido sua contribuição sobre economia
1153 criativa na reunião, embora ainda estivesse rascunhando algumas ideias. Ele
1154 mencionou que poderia complementar suas contribuições posteriormente, uma
1155 vez que estava contando com o apoio de outros colegas. Marcelo também
1156 expressou que, apesar de sua contribuição estar registrada, ela ainda estava
1157 aquém do que gostaria de apresentar. **Dr. Sérgio Cruz**, ao abordar a questão
1158 da moda, destacou que, em sua visão, a moda é uma vertente das artes visuais,
1159 e que os profissionais dessa área precisam ter acesso a uma ampla fonte de
1160 conhecimento, algo que poderia ser alcançado por meio das instituições de
1161 ensino superior (IES) ou, até mesmo, por programas como o CETAM. Ele
1162 também fez referência ao polo de moda na região da Alvorada, destacando que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1163 ali existe uma estrutura não só para costureiras, mas também para criadores, e
1164 que é um ponto importante para o desenvolvimento artístico na área da moda.
1165 Recordou ainda de uma visita feita a esse polo, onde, há cerca de 10 anos, ele
1166 teve contato com trabalhadores da área da moda, que expressaram o desejo de
1167 ter um curso de design mais voltado para a parte de móveis, algo diferente do
1168 que estava sendo oferecido na época. Ele mencionou que, na ocasião, foi aberto
1169 um edital do governo que oferecia uma bolsa para um curso de pós-graduação
1170 na Itália voltado para designers. Por fim, ele questionou se havia perdido alguma
1171 informação importante durante a reunião. Informou que ainda havia um último
1172 tema a ser discutido, relacionado às comunidades indígenas. Ele ressaltou que
1173 esse tema exigiria atenção especial dos representantes e que as propostas a
1174 serem apresentadas também precisavam ser analisadas pelos conselheiros. Ele
1175 sugeriu que o próximo ponto de discussão, referente ao eixo 3, fosse marcado
1176 para janeiro, após o período de festas de fim de ano e considerando a agenda
1177 cheia do CONEC. Se comprometeu a manter todos informados sobre o
1178 agendamento da próxima reunião. Nada mais havendo, finalizou a reunião e
1179 desejou um bom final de semana

SÉRGIO CRUZ

Mediador - 6ª Reunião da Comissão do PEC – II
Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Remota:

1. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
2. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
3. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
4. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
5. Elson Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
6. Ana Lígia Pimentel – Titular em exercício representante da cadeira de audiovisual;

CONVIDADO

De Forma Presencial:

1. Marcelo Campos Lucena – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
2. Karollen Lima da Silva – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;

3. Francilene dos Santos Pereira Mululo – Delegado Estadual de Cultura;
4. Camila Almeida Falabella de Castro – Delegada Estadual de Cultura;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

1. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

2. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

3. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
4. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

5. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
6. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
7. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

8. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.